



20/04/2020

Número: **0800459-45.2017.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **15/06/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS (AUTOR)		FLAVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JUNIOR (ADVOGADO) JOSE ANDRE OLIVEIRA DE ARAUJO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8306637	15/06/2017 15:47	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8306699	15/06/2017 15:47	<a href="#">Procuração - Joseneris</a>	Procuração
8306708	15/06/2017 15:47	<a href="#">Laudo Tanatoscópico e pericial</a>	Documento de Comprovação
8306715	15/06/2017 15:47	<a href="#">Documentos dos veículos</a>	Documento de Comprovação
8306721	15/06/2017 15:47	<a href="#">Documentos de identificação - Autor e vítima</a>	Documento de Identificação
8306729	15/06/2017 15:47	<a href="#">Comprovante de Requerimento Administrativo</a>	Documento de Comprovação
8306749	15/06/2017 15:47	<a href="#">Certidão de nascimento, comprovante de residência e atestados de óbito</a>	Documento de Comprovação
8306779	15/06/2017 15:47	<a href="#">BO e documentos diversos I</a>	Documento de Comprovação
22077015	19/06/2019 09:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
23041853	28/07/2019 15:44	<a href="#">Petição</a>	Petição
23041856	28/07/2019 15:44	<a href="#">Petição - Jose Joseneris - Picuí</a>	Informações Prestadas
29354682	25/03/2020 10:40	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA \_\_ CÍVEL  
DA COMARCA DE PICUÍ – PB**

**JOSÉ JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS**, brasileiro, convivente em união estável, agricultor, portador do CPF nº 088.677.644-97 e RG nº 3.573.048 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Luzia Mercês do Amaral, nº17, Boa Esperança, Nova Palmeira – Paraíba, por seu bastante procurador e advogado *in fine* assinado, legalmente constituído na forma definida pela procuração Adjudicia em anexo, com endereço profissional na Rua Francisco Rosa de Farias, nº 20, Monte Santo, Campina Grande – PB, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 319, do Código de Processo Civil, em consonância com a Lei nº 6.194/74, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, inscrita no CNPJ nº09.248.608.0001-04 localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, CEP-20.031.205, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Preliminarmente informa o autor que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família, pelo que requer, com fundamento no art. 98 do Código de Processo Civil, os benefícios da justiça gratuita.

**SALIENTE-SE QUE A MERA DECLARAÇÃO, SOB ÀS PENAS DA LEI, JÁ SERIA SUFICIENTE PARA A ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA** NO CASO EM COMENTO, assim como determina a legislação civil pátria e a pacífica e quase de uníssona jurisprudência, CONTUDO, POR APREÇO A LIDE, CABE DESTACAR QUE **O AUTOR EXERCE A PROFISSÃO DE AGRICULTOR** E COMO É DE CONHECIMENTO PÚBLICO E NOTÓRIO **NÃO É UMA CATEGORIA DE ALTA RENTABILIDADE**, APESAR DE SUA NECESSIDADE À SOCIEDADE CIVIL.

Isto posto, preliminarmente, requer a aplicação justa e necessária da gratuidade judicial.

**DA NARRATIVA FÁTICA**

Emérito Julgador, no dia 02 de maio de 2016, por volta das 15h30min, o genitor do autor, Sr. José Moreira dos Santos Filho, conduzia uma motocicleta CINQUENTA CILINDRADAS, ano 2011, chassi nº LD5TCBPA0AE000067, quando foi atingido por um caminhão “pipa” de placa JMC 9675/RN, vindo a falecer em decorrência do referido acidente.

Diante de tal situação fática, por ser um direito previsto em lei – conforme será mencionado abaixo – o autor, na qualidade de único filho e herdeiro da vítima, pleiteou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, entretanto, fora informado pela seguradora que o processo sequer poderia ser cadastrado, eis que faltara a certidão de óbito, em que pese a grande quantidade de provas carreadas ao processo administrativo.

Com efeito, a decisão administrativa não merece prosperar, tendo em vista que o requerente buscou o cartório da cidade de Nova Palmeira – PB para receber a referida certidão, a



qual não lhe foi entregue sob a alegação de erros materiais concernentes a alguns dados, o que, por óbvio, não pode prejudicar o autor, eis que o seu direito ao recebimento do seguro pode ser provado mediante a apresentação de outros meios de prova, **e os documentos acostados atestam cabalmente a causa da morte e qualidade de filho e único herdeiro por parte do autor.**

## DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA

Em 23/03/2017 o autor solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT nesta cidade de Campina Grande - PB, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Porém, para sua surpresa, o processo sequer foi cadastrado ao argumento de que o não fora juntada a certidão de óbito.

Ocorre, Excelência, que a referida certidão fora requerida pelo autor no cartório da cidade de Nova Palmeira - PB, a qual não lhe foi entregue em razão de supostos erros materiais, conforme certidão em anexo expedida pelo próprio cartório.

Ora, malgrado o autor não tenha juntado ao pedido o referido documento, **o fato é que o seu direito está cabalmente provado nos autos, eis que os documentos carreados ao processo demonstram claramente que o pai do autor falecera em decorrência de acidente de trânsito, dispensando-se, destarte, a juntada da referida certidão.**

Nesse diapasão, conclui-se que a negatória administrativa não encontra respaldo jurídico, razão pela qual, o autor bate às portas do Poder Judiciário para receber que lhe é devido.

Assim sendo, Excelência, em decorrência do acidente fatal sofrido pelo pai do autor e da negatória administrativa, busca este a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).

Caso Vossa Excelência entenda como indispensável a juntada aos autos da certidão de óbito, requer que seja oficiado o cartório de Nova Palmeira – PB para que providencie a juntada, sob pena de multa diária.

## DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, a qual garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização nos casos de despesas médicas e suplementares, invalidez e morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

*“Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:*

*Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e*

*III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele



decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

*EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa, haja vista que o pleito pela via administrativa fora infrutífero.

## DOS PEDIDOS

*Ex positis*, requer o autor:

- a) **a) Os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, por tudo o que fora ressaltado no tópico supracitado, precipuamente, por ser um AGRICULTOR que sobrevive com dignidade, apesar dos poucos recursos. Frise-se, o Autor não é um grande fazendeiro, mas sim um trabalhador rural que sobrevive da "roça" e não possui condições financeiras para arcar com eventuarural que sobrevive da " recursos.ente sua is custas e despesas processuais;**
- b) **b) Seja a ré citada para todos os fins legais, informando o autor que **tem interesse na realização de audiência conciliatória inaugural**, nos termos do art. 319, VII do Novo Código de Processo Civil;**
- c) **c) A condenação da ré ao pagamento do seguro DPVAT no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) referentes à indenização devida ao autor em decorrência do acidente fatal que vitimou o seu genitor;**
- d) **d) Caso Vossa Excelência entenda como indispensável a juntada aos autos da certidão de óbito, requer-se que seja oficiado o Cartório da cidade de Nova Palmeira para que, sob pena de aplicação de multa diária, providencie a juntada, eis que negou-se a emitir o referido documento quando requerido pelo autor;**
- e) **e) Que seja a ré condenada a pagar os honorários advocatícios e as despesas processuais nos termos da lei.**

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitidos e moralmente legítimos, especialmente pelos documentos acostados e pela perícia médica a ser realizada na pessoa do autor.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Campina Grande – PB, 02 de maio de 2017.



**FLÁVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JÚNIOR**  
**OAB/PB 19.484**

**JOSÉ ANDRÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO**  
**OAB/PB 19.480**





## OLIVEIRA E ASSOCIADOS

### **PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**OUTORGANTE:** JOSÉ JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS, brasileiro, convivente em união estável, agricultor, portador da cédula de identidade nº 3.573.048 SSP/PB e inscrito no CPF nº 088.677.644-97, residente e domiciliado na Rua Luzia Mercês do Amaral, nº17, Boa Esperança, Nova Palmeira-PB.

**OUTORGADOS:** JOSÉ ANDRÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB nº 19.480, FLÁVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB nº 19.484, todos com escritório profissional na Rua Francisco Rosa de Farias, nº 20, Monte Santo, Campina Grande - PB.

**PODERES:** por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado, concedendo-lhe os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em geral e específicos, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em consonância com a norma do art. 105 do NCPC/15.**

Campina Grande – PB, 25 de abril de 2017.

José Joseneris Macedo dos Santos

**OUTORGANTE**







## LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Márcio Leandro da Silva, Chefe do NUMOL / Campina Grande atendendo a solicitação expedida da(o) DP de Picuí/PB, Nº 226/2016 datada de: 02/05/2016, designou um(a) Perito(a) Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado como sendo de: **JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO**, Nacionalidade: brasileira, Estado civil: Solteiro(a), 61 anos, natural de: Nova Palmeira/PB, sexo: masculino, filho/a de: José Moreira dos Santos e Francisca Maria da Conceição, residente na Rua Luiza Mercês do Amaral, 17 .Centro, Nova Palmeira/PB, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

**HISTÓRICO:** Vitima de acidente de transito, fato ocorrido no dia 02/05/2016, na rodovia PB 117, imediações da cidade de Pedra Lavrada/PB.

Exame realizado em: 03/05/2016 às 11:00h.

1 - **EXAME EXTERNO:** Foi apresentado para exame o cadáver de sexo masculino, de cor parda, medindo 160 cm de estatura, compleição física normolínea, aparentando bom estado de nutrição e conservação, trajando blusa branca, calça jeans azul e cueca preta, retiradas momento do exame; está em rigidez cadavérica e mostra livores violáceos de hipóstase no dorso, estando o cadáver em boas condições de análise. Apresenta extenso ferimento contuso aberto na região frontal direita; escoriações tipo arrastão nas regiões malar direita, mentoniana e nasal. Exame ODONTOLEGAL em anexo. O pescoço não permite movimentos de anormalidade, nem mostra lesões externas. O tronco é plano e simétrico; tórax e abdome apresentam escoriações tipo arrastão na face lateral esquerda. Genitália externa compatível com o sexo masculino, apresentando edema e equimose violácea da bolsa escrotal. Membros superiores apresentam escoriações tipo arrastão face posterior do cotovelo esquerdo, deformidade cotovelo ipsilateral compatível com fratura radio e ulna local. Membros inferiores apresentam escoriações tipo arrastão face anterior do joelho direito e esquerdo. Dorso sem lesões externas.

2 - **EXAME INTERNO: CAVIDADE CRANIANA** - Procedida a incisão bímastoidea, rebatido o escalpo, foi constatado couro cabeludo com hematoma subgaleal região frontal direita, abóbada craniana íntegra. Retirada a calota craniana, observou-se tecido meningoencefálico tópico e sem lesões macroscópicas. Removida a dura-máter, a base do crânio apresentava-se íntegra. Pescoço sem lesões externas e internas. **CAVIDADE TORACOABDOMINAL** - Feita incisão furculopubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes, o plastrão condroesternal encontra-se com fraturas diversas dos arcos costais anteriores bilateralmente. Verifica-se grande quantidade de conteúdo líquido sanguinolento livre nas cavidades torácicas decorrente de ruptura pericárdica e miocárdica. Abdome apresenta vísceras tópicas, sem lesões macroscópicas e ausência de conteúdo líquido livre na cavidade.

3 - **EXAMES COMPLEMENTARES** - solicitado alcoolemia.

Terminada a necropsia e feita a reconstituição estética do cadáver o perito responde aos quesitos:

### RESPOSTAS AOS QUESITOS

1º. Se houve morte? SIM.

2º. Qual a causa da morte? HEMORRAGIA AGUDA DECORRENTE DE RUPTURA DE MIOCÁRDIO POR TRAUMA CONTUSO TORÁCICO FECHADO.

3º. Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? AÇÃO CONTUNDENTE.

4º. Se foi produzida por meio de fogo, veneno, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel? NÃO HÁ ELEMENTO PARA AFIRMAR OU NEGAR.

Dr(a). Roberto Pires de Almeida  
Mat:168.243-1







GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

C: 158916 Laudo nº: 05161624

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA  
DEFESA SOCIAL  
Instituto de Polícia Científica  
Unidade de Medicina Legal

CONFERE COM ORIGINAL

Campina Grande-PB 29/08/2016

João Maria 138455-4.

LAUDO TANATOSCÓPICO  
Secção de Odontologia

Data do exame: 03/05/2016 Hora do exame: 11:00

Órgão Requisitante: DP de Picuí/PB - 13ª Área Integrada. Nº da Solicitação: 226/2016 . Autoridade  
Solicitante: Elias José Rodrigues Silva. Nome: JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO, 61 anos,  
filho(a) de: José Moreira dos Santos e de: Francisca Maria da Conceição. Sexo: masculino . Estado  
civil: Solteiro(a). Nacionalidade: brasileira. Natural de: Nova Palmeira/PB. Profissão: Agricultor(a).

DADOS CARACTERÍSTICOS:

Cabelos: Ondulados, pretos com detalhes grisalhos; Rosto: Quadrado. Sobrancelhas: Semi-retas.  
Pálpebras: Fechadas. Íris: Castanhos. Cor: Parda . Pupilas: Dilatadas. Conjuntivas: Brilhantes. Nariz:  
Mesorrino. Boca: Média. Lábios: Finos. Arco senil: Sim. Barba: Não tem. Bigode: Farto. Sinais  
Particulares: Não tem.

Dentes Permanentes

18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28
48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38
Δ	H				H	H	H	H	H	H					Δ

Dentes Decíduos

55	54	53	52	51	61	62	63	64	65
85	84	83	82	81	71	72	73	74	75

Códigos

- - Restauração
- O - Cárie
- X - Extração
- RR - Resto radicular
- Δ - Ausente
- H - Hígido

DESCRIÇÃO DO EXAME:

Dr. Flávio Roberto Lima de Farias Junior  
Mat: 159086-1





CONFERE COM ORIGINAL

Campina Grande-PB 29/08/2016 LAUDO PERICIAL Nº 02.01.31.052016.1568  
QUANTIFICAÇÃO DE ETANOL EM SANGUE HUMANO

v. Jansen Maria 1384554

Autoridade Solicitante: Roberto Pires de Almeida – Perito Médico-Legal  
Memorando: 149/2016 – NUMOL-Campina Grande/PB

#### 1) HISTÓRICO:

Data de recebimento do Material biológico, do Memorando e Requisição de Exame S/N no NULF-JP: 04 de maio de 2016  
Registro no LATOX: 310/2016  
Perito Oficial Médico-Legal solicitante: Roberto Pires de Almeida  
Tipo de Exame complementar solicitado: Alcoolemia  
Tipo da amostra biológica coletada: Sangue  
Amostra biológica colhida do cadáver de: JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO  
Data da necropsia: 03/05/16  
Laudo Cadavérico: 03.03.01.052016.01624

#### 2) MATERIAL RECEBIDO PARA ANÁLISE:

Foi recebido neste Laboratório de Análises Toxicológicas 01 (um) tubo de vidro, de tampa cinza, identificado com o nome do cadáver e número do laudo cadavérico supracitados. No interior do tubo havia sangue, de acordo com o memorando supra, congelado e com volume de aproximadamente 4,0 ml (quatro mililitros).

#### 3) EXAME:

A quantificação de etanol em sangue humano foi realizada com sistema de cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas, através do método “headspace” de análise. Utilizou-se uma coluna capilar com fase estacionária SOLGEL-WAX para a separação dos analitos, de acordo com metodologia padronizada neste laboratório.


#### 4) RESULTADO:

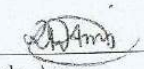
Através da técnica utilizada foi detectada uma concentração de 1,2 g/L (um vírgula dois gramas por litro de sangue) de ETANOL (ÁLCOOL ETÍLICO) na amostra analisada.

Para fins de eventual nova perícia, amostra do material pesquisado ficará armazenado neste Laboratório de Toxicologia Forense sob congelamento por um prazo de 90 (noventa) dias a partir da data da coleta que consta no memorando supracitado, sendo então descartada devido as suas peculiaridades, não havendo manifestação contrária.

Nada mais havendo a lavar-se, foi encerrado o presente Laudo, com verso em branco, vai pelos peritos abaixo assinado, ficando dele cópia de igual teor arquivada e assinada neste Núcleo de Laboratório Forense.

Laboratório de Análises Toxicológicas em João Pessoa – PB, 15 de junho de 2016.

  
Ana Paloma Sousa de Lucena  
Perita Oficial Químico-Legal  
Matrícula: 156.269-0

  
Valeria Lopes de Assis  
Perito Oficial Químico-Legal  
Matrícula: 168.508-2





RECEBEMOS DA CARVALHO MOTOS LTDA, AS MERCADORIAS CONSTANTES DA NF-E INSCRITA AO LAIJO.		NF-E
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 9522
		SERIE 1

**CARVALHO**  
**MOTOS**

**CARVALHO MOTOS LTDA**

AV JOSEFA TAVEIRA, 1597

BAIRRO: MANGABEIRA

JOÃO PESSOA - PB

CEP: 58055-000

CX81)3021-1380 FAX: (0XX83)3

**DANFE**

Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica



0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

1

Nº 9522

SERIE 1

FOLHA 1 / 1

CHAVE DE ACESSO

2511 0808 6375 6200 0152 5500 1000 0095 2210 0006 2478

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE VEICULO NOVO		DADOS DA NF-E	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 61509959	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA	CNPJ 08.637.562/0001-52	

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DE EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL ALEXANDRE DA CUNHA BRITO		085.166.257-96	01/08/2011
ENDEREÇO R. DEP ASCENDINO MOURA		CEP 58410-127	DATA DE ENTRADA/SAÍDA 01/08/2011
MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE		UF PB	
FATURA / DUPLICATA		INSCRIÇÃO ESTADUAL	

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
9522-1	31/08/2011	289,00	9522-5	29/12/2011	289,00	9522-9	27/04/2012	289,00
9522-2	30/09/2011	289,00	9522-6	30/01/2012	289,00	9522-10	28/05/2012	289,00
9522-3	31/10/2011	289,00	9522-8	27/02/2012	289,00			
9522-4	29/11/2011	289,00	9522-9	28/03/2012	289,00			

CÁLCULO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		0,00		VALOR DO ICMS		0,00		VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO		0,00	
VALOR DO FRETE		0,00		VALOR DO SEGURO		0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		0,00	
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		RAZÃO SOCIAL		PRATE POR CONTRA 4 - EMISSOR 5 - DESTINATÁRIO		CÓDIGO ANTI		PLACA DO VEÍCULO REBOQUE		UF	
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL					
QUANTIDADE		ESPECIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	
								0,000		0,000	

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO		COD. PROD.		DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		ENCMSH		CST		COTOP		UN		QTD		V. UNITÁRIO		VALOR TOTAL		ALÍQUOTAS ICMS IPI		V. IPI	
JONNY 50CC				CHASSIS :LDSTCBPA0AE000067 JONNY 50CC		87111000		0605405		UN		1,0000		2.890,0000		2.890,00							
				ANO FABRIC.:2011, ANO MODELO:2011																			
				COR:AZUL, COMBUST:GASOLINA																			
				NRO.MOTOR:1A050067																			
				NF.FABRICA: 783																			

CÁLCULO DO ISSQN		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN	
		987646							

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			

VENDED.:101050233 - ANDREIA BEZERRA CARDOSO - PEDIDO: 2153 - RG: 0118192178-RJ RJ ICMS PAGO EM SUBST. TRIBUT. CONV 132/92 ICMS PAGO EM SUBST. TRIBUT. CONV 132/92 DECLARAÇÃO DE VENDA DECLARAMOS QUE O VEICULO FOI VENDIDO SEM ALIENACAO FIDUCIARIA. ALEXANDRE DA CUNHA BRITO CPF:085.166.257-96 RG:0118192178 -RJ R DEP ASCENDINO MOURA 220-CASA 58410-127-CATOLE-CAMPINA GRANDE-PB CONDICAO DE PAGAMENTO: COND.ESPECIAL VEICULO

Impresso pelo Sistema e-Forms - NDDigital S/A - Tel. (49) 3251-8090



Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JUNIOR - 15/06/2017 15:44:56  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1706151538460570000008134509  
Número do documento: 1706151538460570000008134509

Num. 8306715 - Pág. 1



## CARVALHO MOTOS LTDA

End.: AV JOSEFA TAVEIRA 1597

Bairro: MANGABEIRA I

Cidade: JOAO PESSOA-PB

CNPJ: 08.837.582/0001.52

E-mail: ronaldo@carvalhomotos.com.br

Complem.:

CEP: 58055-000

I.E.: 161509959

Fone: 83-3239.1662

FAX: 83-3239.1662

## Número do Pedido

2.153

Data

01/08/2011

## Pedido de Veículos

## Cliente

Nome: ALEXANDRE DA CUNHA BRITO

End.: R DEP ASCENDINO MOURA 220

Bairro: CATOLE

Fone: 83-3337.3739

Celular: 83-9623.2799

Cidade: CAMPINA GRANDE-PB

CPF: 085.166.257.96

E-mail:

Data Nasc.: 01/07/1979

Complem.: CASA

CEP: 58410-127

R.G.: 0118192178-RJ

Contato:

## Veículo - NOVO

Chassis: LDSTCBPA0AE000067

Modelo: JONNY 50CC

Comb.: GASOLINA

Opção...:

Marca: FORNEC

Cor Ext.: AZUL

Cor Int.: AZUL

Placa: LDT0067

Ano: 2011/2011

Portas: 02

## Formas de Pagamento

## 01 - Recursos Próprios

Tipo de Pagamento

Vencimento

Valor

## 02 - Financiadora

Nome

Vencimento

Valor Financiado

0,00

Obs.:

Prazo: 0

Taxa: 0,00

TAC: 0,00

Coef.: 0,000000

## 03 - Veículo Usado

Renavan

Modelo

Ano

Cor

Comb. Placa

Km..

Valor Avaliação

0,00

## 04 - Outros

Forma de Pagamento

Vencimento

Valor

CARTAO VISA

31/09/2011

354,47

CARTAO VISA

30/09/2011

354,47

CARTAO VISA

30/10/2011

354,47

CARTAO VISA

29/11/2011

354,47

CARTAO VISA

29/12/2011

354,47

CARTAO VISA

28/01/2012

354,47

CARTAO VISA

27/02/2012

354,47

CARTAO VISA

28/03/2012

354,47

CARTAO VISA

27/04/2012

354,47

CARTAO VISA

27/05/2012

354,47

## Outras Vendas

Item

Valor

ENCARGOS FINANCEIROS

654,70

## Informações Adicionais

Previsão de entrega: 05/08/2011 16:10  
 MOTO VENDIDA COM DESCONTO DE 500,00  
 JOAO PESSOA, 01 DE AGOSTO DE 2011

Vendedor: ANDREIA BEZERRA CARD

*Andreia Bezerra*  
 VENDEDOR

APROVAÇÃO

GERENTE DE VENDAS

CLIENTE







**CARVALHO MOTOS LTDA**

End.: AV JOSEFA TAVEIRA 1597

Bairro: MANGABEIRA I

Cidade: JOAO PESSOA-PB

CNPJ: 08.837.562/0001.52

E-mail: ronaldo@carvalhomotos.com.br

Complem.:

CEP: 58055-000

I.E.: 161609959

Fone: 83-3239.1662

FAX: 83-3239.1662

Número do Pedido

2.153

Data

01/08/2011

**Pedido de Veículos**

**Cliente**

Nome: ALEXANDRE DA CUNHA BRITO

End.: R DEP ASCENDINO MOURA 220

Bairro: CATOLE

Fone: 83-3337.3739

Celular: 83-9623.2799

Cidade: CAMPINA GRANDE-PB

CPF: 085.166.257.96

E-mail:

Data Nasc.: 01/07/1979

Complem.: CASA

CEP: 58410-127

R.G.: 0118192178-RJ

Contato:

**Veículo - NOVO**

Chassis: LD5TCBPA0AE000067

Modelo: JONNY 50CC

Comb.: GASOLINA

Opcion...:

Marca: FORNEC

Cor Ext.: AZUL

Cor Int.: AZUL

Placa: LDT0067

Ano: 2011/2011

Portas: 02

**Formas de Pagamento**

**01 - Recursos Próprios**

Tipo de Pagamento

Vencimento

Valor

**02 - Financiadora**

Nome

Vencimento

Valor Financiador

0,00

Obs.:

Prazo: 0

Taxa: 0,00

TAC: 0,00

Coef.: 0,000000

**03 - Veículo Usado**

Renavan

Modelo

Ano

Cor

Comb. Placa

Km..

Valor Avaliação

0,00

**04 - Outros**

Forma de Pagamento

Vencimento

Valor

CARTAO VISA

31/06/2011

354,47

CARTAO VISA

30/09/2011

354,47

CARTAO VISA

30/10/2011

354,47

CARTAO VISA

29/11/2011

354,47

CARTAO VISA

29/12/2011

354,47

CARTAO VISA

28/01/2012

354,47

CARTAO VISA

27/02/2012

354,47

CARTAO VISA

28/03/2012

354,47

CARTAO VISA

27/04/2012

354,47

CARTAO VISA

27/05/2012

354,47

**RESUMO VENDA**

Veículo: 3.390,00

Opcionais: 0,00

Frete / Seguro: 0,00

Outras Vendas: 654,70

Desconto: 500,00

Valor Líquido: 3.544,70

**RESUMO PAGAMENTO**

CARTAO VISA: 3.544,70

Total Veículo: 3.544,70

**Outras Vendas**

Item

Valor

ENCARGOS FINANCEIROS

654,70

**Informações Adicionais**

Previsão de entrega: 05/08/2011 16:10  
MOTO VENDIDA COM DESCONTO DE 500,00  
JOAO PESSOA, 01 DE AGOSTO DE 2011

Vendedor: ANDREIA BEZERRA CARD

*Andreia Bezerra*  
VENDEDOR

APROVAÇÃO

GERENTE DE VENDAS

CLIENTE



RECEBER(MOS) DA CARVALHO MOTOS LTDA, A(S) MERCADORIA(S) CONSIGNATAS DA NF-E INDICADA AO LADO.		NF-E
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 9522
		SÉRIE 1

**CARVALHO**  
**MOTOS**

**CARVALHO MOTOS LTDA**

AV JOSEFA TAVEIRA, 1597

BAIRRO: MANGABEIRA

JOÃO PESSOA - PB

CEP: 58055-000

CX813021-1380 FAX: (0XX83)3

**DANFE**

Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

1

Nº 9522

SÉRIE 1

FOLHA 1 / 1



CHAVE DE ACESSO

2511 0808 6375 6200 0152 5500 1000 0095 2210 0006 2478

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE VEICULO NOVO		DADOS DA NF-E
INSCRIÇÃO ESTADUAL 161509959	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA	CNPJ 08.637.562/0001-52

DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL ALEXANDRE DA CUNHA BRITO		CNPJ/CPF 085.166.257-96	DATA DE EMISSÃO 01/08/2011
ENDEREÇO R. DEP. ASCENDINO MOURA	Nº 220	BAIRRO CATOLE	CEP 58410-127
MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE	UF PB	INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA DE ENTRADA/SAÍDA 01/08/2011
FATURA / DUPLICATA		FONTE/FAIXA 833333739	

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
9522-1	31/08/2011	289,00	9522-5	29/12/2011	289,00	9522-9	27/04/2012	289,00
9522-2	30/09/2011	289,00	9522-6	30/01/2012	289,00	9522-10	28/05/2012	289,00
9522-3	31/10/2011	289,00	9522-8	27/02/2012	289,00			
9522-4	29/11/2011	289,00	9522-9	28/03/2012	289,00			

**CÁLCULO IMPOSTO**

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	2.890,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS				VALOR TOTAL DA NOTA
				2.890,00

RAZÃO SOCIAL	PRET. POR CONTA E-DESTINATÁRIO	CÓDIGO ANTI	PLACA DO VEÍCULO REBOQUE	UF	CNPJ
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				0,000	0,000

**DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO**

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NUM. ESH	CT	CFOP	UN.	QTD.	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS	IMP. IPI	V. IPI
JONNY 50CC	CHASSIS: LD5TCBP0A0E000067 JONNY 50CC ANO FABRICA: 2011, ANO MODELO: 2011 COR: AZUL, COMBUST.: GASOLINA NRO. MOTOR: 1A050067 NF. FABRICA: 783	87111000	0605405	UN		1.0000	2.890,0000	2.890,00			

**CÁLCULO DO ISSQN**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
987646			

**DADOS ADICIONAIS**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVA DO AO FISCAL
<p>VENDED: 101050233 - ANDREIA BEZERRA CARDOSO - PEDIDO: 2153 - RG: 0118192178-RJ RJ ICMS PAGO EM SUBST. TRIBUT. CONV. 132/92 ICMS PAGO EM SUBST. TRIBUT. CONV. 132/92 DECLARAÇÃO DE VENDA DECLARAMOS QUE O VEICULO FOI VENDIDO SEM ALIENACAO FIDUCIARIA. ALEXANDRE DA CUNHA BRITO CPF: 085.166.257.96 RG: 0118192178 - RJ R. DEP. ASCENDINO MOURA 220-CASA 58410-127-CATOLE-CAMPINA GRANDE-PB CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: COND. ESPECIAL VEICULO</p>	

Impresso pelo Sistema e-Forms - NDDigital S/A - Tel. (49) 3251-8000





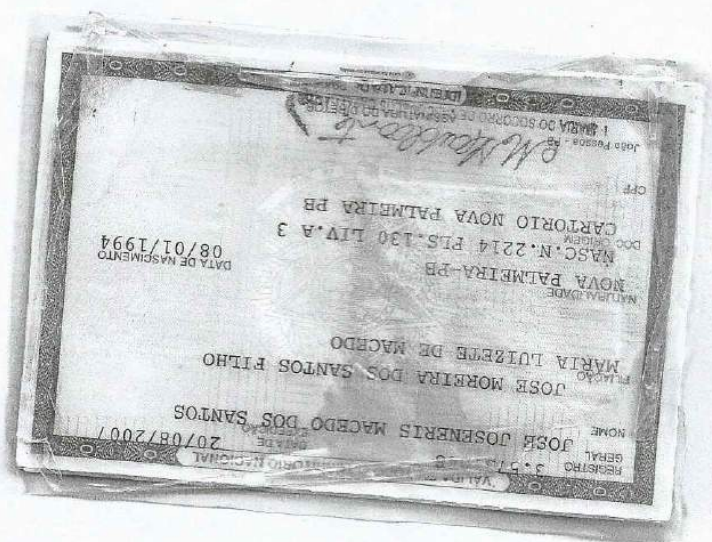




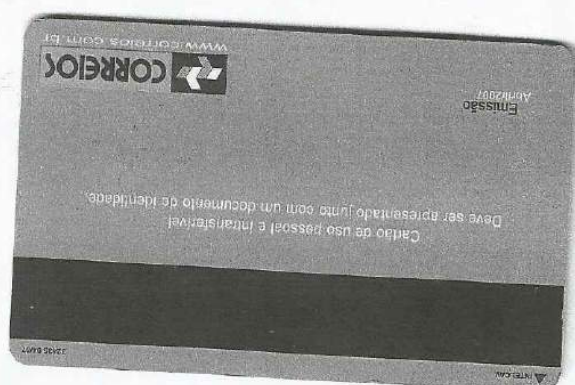
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
REGISTRO 3.573.038  
GEMAL JOSÉ JOSEMERIS MACHADO DOS SANTOS  
NOME  
FILHO DE  
JOSE MOREIRA DOS SANTOS FILHO  
MARIA LUIZE DE MACHADO  
N.º DE IDENTIDADE  
NOVA PALMEIRA - PB  
NASC. N.º 2214 FLS. 130 LIV. A 3  
PROGESSA  
CARTÓRIO NOVA PALMEIRA PB  
DATA DE NASCIMENTO  
08/01/1994  
CPF  
João Pessoa, 15/06/2017  
1. Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JUNIOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
FOTO  
POLÊSAR DIREITO  
CARTEIRA DE IDENTIDADE  
Assinado eletronicamente por: FLAVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JUNIOR

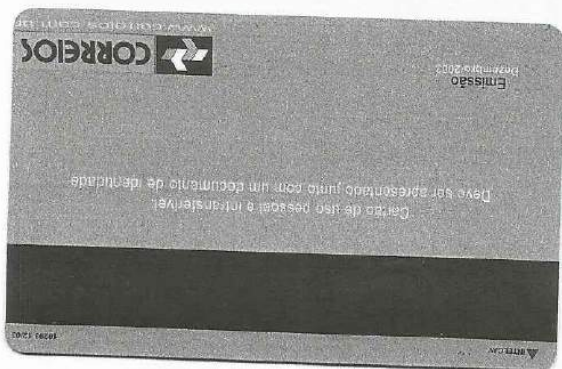


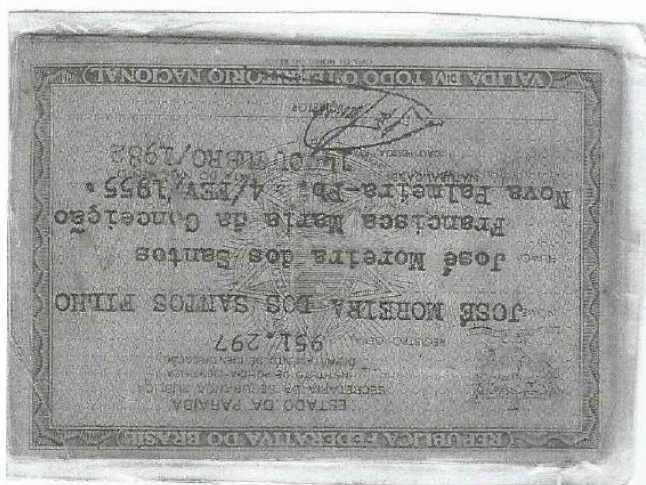


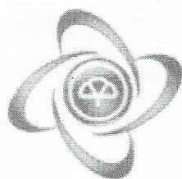













**CONEXÃO COMERCIAL MAPFRE**  
PRODUTIVIDADE NUM CLICK

## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA REGULAÇÃO DPVAT

Tipo de Processo <input checked="" type="radio"/> Processo Novo <input type="radio"/> Documentos Complementares		Atendente <b>LEONARDO BRUNO NASCIMENTO NOBREGA</b>	
Tipo de Sinistro <b>Morte</b>		Agência <b>SUCURSAL CAMPINA GRANDE</b>	
Nome do Requerente <b>JOSE JOSENERIS MACEDO DOS SANT</b>		Nome da Vítima <b>JOSE MORERIA DOS SANTOS FILHO</b>	CPF da Vítima <b>06421353479</b>
Documentos Complementares			
<input checked="" type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima <input checked="" type="checkbox"/> CPF da Vítima <input checked="" type="checkbox"/> DUT ou Bilhete de Seguro envolva Ônibus <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência Policial <input type="checkbox"/> Identidade / CPF do Procurador		<input checked="" type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário <input checked="" type="checkbox"/> CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais <input type="checkbox"/> Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT <input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Requerente <input type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Procurador	
Morte <input type="checkbox"/> Certidão de Óbito (Cópia autenticada) <input type="checkbox"/> Laudo do Exame Cadavérico <input type="checkbox"/> ESPOSO(A) (Cópia autenticada) <input type="checkbox"/> Certidão de Casamento Atualizada (Cópia autenticada) <input checked="" type="checkbox"/> Autorização de Pagamento <input type="checkbox"/> Prova de Companheirismo junto ao INSS <input type="checkbox"/> Declaração de Dependentes na Rec.Fed. <input type="checkbox"/> Prova de Dependência na CTPS <input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento ou Casamento <input checked="" type="checkbox"/> Declaração de Únicos Herdeiros <input checked="" type="checkbox"/> Certidão de Nascimento <input type="checkbox"/> Certidão de Óbito dos Genitores <input type="checkbox"/> Alvará Judicial		Inválidez Permanente <input type="checkbox"/> Laudo do IML com Alta Definitiva (Cópia autenticada) Outros Doctos. Entregues e Observações <b>DOCUMENTOS ENTREGUES PELO SR. JOSE ANDRE // EMAIL: JOSEANDREOLIVEIRA@HOTMAIL.COM</b>  <b>MAPFRE SEGUROS</b> AMS - Campina Grande Fone/Fax: (83) 3341-6070 23/03/17	
		DAMS <input checked="" type="checkbox"/> Declaração do Primeiro Atendimento Hospitalar <input type="checkbox"/> Relatório Médico <input type="checkbox"/> Comprovações das Despesas Médico-Hospitalares (originais e quitados) <input type="checkbox"/> Notas Fiscais de Farmácias acompanhadas das respectivas Receitas (originais e quitadas) <input type="checkbox"/> Termo de Anuência em casos de Despesas pagas por Terceiros	

**Informação:** Os documentos abaixo relacionados estão pendentes, ficando o prazo de pagamento do sinistro suspenso até a complementação do processo

### Documentos Básicos:

- Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima
- Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário
- CPF da Vítima
- CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais
- DUT ou Bilhete de Seguro envolva Ônibus
- Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT
- Boletim de Ocorrência Policial Cópia autenticada
- Comprovante de Residência do Requerente

<http://conexaocomercial.mapfre.com.br/DPVAT/impressaoDPVAT.aspx?Protocolo=0...> 23/03/2017





Severina Cdisa de M  
ESCREVE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE PARÁIBA  
COMARCA DE PICOÍ  
MUNICÍPIO DE NOVA PALMEIRA  
DISTRITO DE NOVA PALMEIRA

Oficial FBSANTOS do Registro Civil

CERTIFICO que, às fls. 130, do livro n.º A-3, de Registro de Nascimentos, foi feito hoje o assento de JOSE JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS

K.K.X.X.X.X.Y.X.X.X.X. do OXES masculino

natural de Pedra Lavrada-PB

de Dona Maria Luizete de Macedo

natural de st. Poço de Pedra, deste município.

Seido avós paternos José Moreira dos Santos

e Dona Francisca Maria da Conceição

e avós maternos José Silvestre de Macedo

e Dona Maria Ferreira de Vasconcelos

Foideclarante 0 Genitor

e serviram de testemunhas Maria Tereza de Medeiros Lima e José Felix de  
Lima Filho.

Observações: O Registro foi lavrado no dia 17/01/1999

O referido é verdade e dou fé.

Nova Palmeira-PB

42 de novembre de 2001

*Amirina Odessa de Indicum, Brinn*

Severina Odisa de Medicinas Lima





JOSE MOREIRA DOS SANTOS FILHO  
RUA LUZIAMERCEZ DO AMARAL, 17 - BOA ESPERANÇA  
NOVA PALMEIRA/PB CEP: 56194-000 (AS: 80)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-690  
Roteiro: 3 - 82 - 850 - 1770 Referência: Jul / 2016  
Nº medidor: 0000851970E Emissão: 08/07/2016

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
CNPJ 09.085.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.134.619  
Código para Débito Automático: 00007889488

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/788948-8

Jul / 2013 Canal de contato

Apresentação

08/07/2016

Data prevista da próxima leitura

09/08/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

5421353478  
Ins. Est.

#### Faturas em atraso

14/08/2016 85,80  
13/05/2016 81,74  
15/03/2016 85,94

#### Histórico de Consumo (kWh)

Jun/16 100  
Mai/16 89  
Abr/16 88  
Mar/16 120  
Fev/16 79  
Jan/16 65  
Dez/16 72  
Nov/16 86  
Out/16 87  
Set/16 58  
Ago/16 53  
Jul/16 81

Média dos últimos meses  
85 kWh

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
07/06/16	2811	06/07/16	2861	1	50	31

Demonstrativo			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	50	0,41817	20,90
PIS			0,24
COFINS			1,13

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	22,27	1,1087	0,24
COFINS	22,27	5,0968	1,13

VENCIMENTO 15/07/2016 TOTAL A PAGAR R\$ 22,27

8ba3.ebb6.7a36.3c39.e872.1040.56d3.0961.

#### Indicadores de Qualidade 5/2016 - Pedro Lavareda

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,00	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,58		
DIC ANUAL	23,16		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202
FIC MENSAL	3,30	0,00	
FIC TRIMESTRAL	6,60		LIMITE SUPERIOR 231
FIC ANUAL	13,20		
DMIC	3,37	0,00	
DICRI	12,22		

#### Composição do valor total a pagar

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	7,72	34,67
Compra de Energia	10,12	45,44
Serviço de Transmissão	0,61	2,74
Encargos Setoriais	2,45	1,00
Impostos Diretos e Encargos	1,57	6,15
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	22,27	100,00

Valor do EVSD (Ref 5/2016) R\$ 21,98

#### ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continuem em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 23/07/2016. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento; caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem.

- ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.

- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência.

- Leitura confirmada

ENERGISA PARÁIBA  
Roteiro 3 - 82 - 850 - 1770  
Matrícula: 788948-2016-07-7

VENCIMENTO 15/07/2016 TOTAL A PAGAR R\$ 22,27

83640000000-3 22270054000-8 07889482016-2 07700820019-6





I	2 Nome do Falecido		3 Nome do Pai		4 Nome da Mãe	
	JOSE MOREIRA DOS SANTOS FILHO		JOSE MOREIRA DOS SANTOS		FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO	
	5 Data de nascimento		6 Idade		7 Sexo	
	04.10.2019.55		61		9	
II	8 Escolaridade (última série concluída)		9 Ocupação habitual		10 Situação conjugal	
	1 Fundamental I (1ª a 4ª Série)		AGRICULTOR		1 Solteiro	
	2 Fundamental II (5ª a 8ª Série)				2 Casado	
	3 Superior completo				3 Viúvo	
III	11 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		12 Bairro/Distrito		13 CEP	
	RUA LUZIA MAREZ DE AMARAL		CENTRO		17	
	14 Local de ocorrência do óbito		15 Estabelecimento		16 UF	
	1 Hospital		PB 117		P.B	
IV	17 Número de filhos vivos		18 Número de semanas de gestação		19 Tipo de parto	
	1		1		1 Vaginal	
	2		2		2 Cesáreo	
	3		3		3 Ignorada	
V	20 CAUSAS DA MORTE		21 ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA		22 ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	1 Na gravidez		Humoroso, Agudo		1 Sim	
	2 No parto		Devido ou como consequência de:		2 Não	
	3 Até 42 dias após o término de gestação		Devido ou como consequência de:		3 Ignorado	
VI	23 Nome do Médico		24 CRM		25 Óbito atestado por Médico	
	Voluto Alves do Arquivo		2118 PB		1 Assistente	
	26 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.)		27 Data do atestado		28 Município e UF do SVO ou IML	
	3333 3620		03/05/2016		C. GOMES R. UF	
VII	29 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL		30 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência		31 Fonte da informação	
	1 Acidente		1 Via pública		1 Ocorrência Policial Nº	
	2 Suicídio		2 Endereço de residência		2 Hospital	
	3 Homicídio		3 Outro domicílio		3 Família	
VIII	32 Descrição sumária do evento		33 Endereço do local do acidente ou violência		34 Cartório	
	Acidente Tráfego		52 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		53 Município	
					54 Registro	
					55 Data	
IX	35 Declarante		36 Testemunhas		37 UF	
			A		57 UF	
			B			



I	Identificação	2 <input type="checkbox"/> Não Fetal	3 Data de nascimento: 04.10.2015		4 Nome do Falecido: JOSE MOREIRA DOS SANTOS FILHO		5 Nome do Pai: Jose Moreira dos Santos		6 Nome da Mãe: Francisca Moura da Conceição	
		8 Data de nascimento: 04.10.2015	9 Idade: 61	10 Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem. <input type="checkbox"/> I - Ignorado	11 Raça/Cor: <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda	12 Situação conjugal: <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado judicialmente/divorçado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Ignorada				
II	Residência	13 Escolaridade (última série concluída): <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo		14 Ocupação habitual: AGRICULTOR	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.): RUA LUZIA MACHES DO AMARAL		16 CEP: 17	17 Bairro/Distrito: CENTRO	18 Município de residência: NOVA PALMEIRAS	19 UF: PB
		20 Local de ocorrência do óbito: <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros	21 Estabelecimento: PB 117	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.):		23 CEP:	24 Bairro/Distrito:	25 Município de ocorrência: PEDRA LAMARCA	26 UF: PB	
III	Ocorrência	27 Idade (anos):		28 Escolaridade (última série concluída): <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo	29 Ocupação habitual: (informar anterior, se aposentada / desempregada)	30 Número de filhos vivos: <input type="checkbox"/> Ignorado		31 Nº de semanas de gestação: <input type="checkbox"/> Ignorado	32 Tipo de gravidez: <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais	33 Tipo de parto: <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo
		34 Morte em relação ao parto: <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado	35 Peso ao nascer: <input type="checkbox"/> Ignorado	36 Número da Declaração de Nascido Vivo: <input type="checkbox"/> Ignorado	37 A morte ocorreu: <input type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No abortamento <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação <input type="checkbox"/> Não ocorreu nestes períodos		38 Assistência médica: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		39 Diagnóstico confirmado por: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado	
IV	Fetal ou menor que 1 ano	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
V	Condições e causas do óbito	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
VI	Médico	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
VII	Causas externas	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
VIII	Cartório	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
IX	Local. Médico	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I: Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Nome do Médico: Bonito Alves de Almeida		42 CRM: 5118 PB	43 Óbito atestado por Médico: <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> HML	44 Município e UF do SVO ou IML: C. GRANDE PB	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.): 3333 7620	46 Data do atestado: 03.05.2016
		40 CAUSAS DA MORTE PARTE II: Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		47 Assinatura: Bonito Alves de Almeida		48 Tipo: <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		49 Acidente do trabalho: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	50 Fonte de informação: <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	



I	Identificação	6 Nome do Pai NOME MENEZES DOS SANTOS		7 Nome da Mãe Francisca Maria de Conceição	
		8 Data de nascimento 04/10/2/1955		9 Idade Anos completos: 61 Meses: 00 Dias: 00 Horas: 00 Minutos: 00	
II	Residência	13 Escolaridade (última série concluída) Nível: 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo		14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) PROFESSOR	
		15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA LUZIA MARCOS DO AMARAL		16 CEP 51170-000	
III	Ocorrência	20 Local de ocorrência do óbito 1 Hospital 2 Outros estab. saúde 3 Domicílio 4 Via pública 5 Outros 6 Aldeia indígena 7 Estabelecimento 8 Ignorado		21 Município de ocorrência NOVA PALMEIRA	
		22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) RUA LUZIA MARCOS DO AMARAL		23 CEP 51170-000	
IV	Fetal ou menor que 1 ano	27 Idade (anos) Nível: 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo		28 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada) PROFESSOR	
		29 Número de filhos vivos Nascidos vivos: 1 Perdas fetais/abortos: 1 30 Número de semanas de gestação 31 Tipo de gravidez: 1 Única 2 Dupla 3 Tripla e mais 9 Ignorada		32 Tipo de parto: 1 Vaginal 2 Cesáreo 9 Ignorado	
V	Condições e causas do óbito	37 A morte ocorreu 1 Na gravidez 2 No parto 3 Não gravidez 4 Não parto 5 De 43 dias a 1 ano após o término da gestação 6 Não ocorreu nestes períodos		38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado	
		39 Causas da morte PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica. PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		DIAGNÓSTICO CONFIRMADO 30 Necropsia? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado	
VI	Médico	41 Nome do Médico Roberto Menezes dos Santos		42 CRM 2118-PE	
		43 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 3333-3333		44 Data do atestado 04/10/2016	
VII	Causas externas	45 Prováveis circunstâncias de morte não natural (informações de caráter estritamente epidemiológico) 46 Tipo: 1 Acidente 2 Suicídio 3 Homicídio 4 Outros 5 Ignorado		47 Fonte da informação: 1 Ocorrência Policial Nº 2 Hospital 3 Família 4 Outra	
		48 Descrição sumária do evento Acidente doméstico		49 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência: 1 Via pública 2 Endereço de residência 3 Outro domicílio 4 Estabelecimento como 5 Outros 9 Ignorada	
VIII	Cartório	53 Cartório Código: 54 Registro		55 Data	
		56 Município		57 UF	
IX	Localid. S/Médico	58 Declarante		59 Testemunhas A B	





**C E R T I D ã O**

Nº.Cont.: 044/2016

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento **verbal** de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o registro de Ocorrências N.º 044/2016, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2016, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel.ª LUISA NASCIMENTO CORREIA LIMA**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, ai, por volta das 08h32min compareceu: **JOSÉ JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de **Picuí/PB**, nascido aos 08/01/1994, filho(a) de **José Moreira dos Santos Filho** e **Maria Luizete de Macedo**, residente e domiciliado na **Rua Luzia Mercês do Amaral, Nº 17, Nova Palmeira/PB**, telefone (83) 987797582; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 02 de maio do ano de 2016, **POR VOLTA DAS 15:30h** seu pai de nome: **JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO**, RG Nº 951.297, CPF 064.213.534-79 transitava na **PB 177**, no município de **Nova Palmeira**, com uma motocicleta **CINQUENTA CILINDRADAS**, ano 2011, Chassi **LD5TCBPA0AE000067**, quando foi atingido por um caminhão de transporte de água (carro pipa) de placa **JMC 9675**. Que o Sr. **JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO** veio a óbito em decorrência do acidente como comprova o laudo de nº 03.03.01.052016.1624; Que as testemunhas abaixo assinadas se dirigiram ao local do acidente assim que souberam do ocorrido e lá chegando constataram a morte do Sr. **José Moreira dos Santos Filho**, haja vista estarem presentes a **Polícia Civil, Polícia Militar**, bem como, os peritos do **IPC**; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fe.

Picuí/PB, 09 de setembro de 2016.

X José Joseneris macedo dos santos  
COMUNICANTE:

**MARIA DAS VITÓRIAS ANDRADE DE OLIVEIRA**

TESTEMUNHA 1 RG. 3.704.330-SSP-PB, residente na rua Luzia Mercês do Amaral, nº 18, Centro, Nova Palmeira/PB.

M. das Vitorias A de Oliveira.

**RAMILES FERREIRA DE MACÊDO**

TESTEMUNHA 2 RG. 3.755.873-SSP-PB, residente no sítio Passagem, Zona Rural de Picuí/PB.

X Ramiles Ferreira de macedo



Delegacia/Regional de Polícia Civil - Picuí - PB  
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324 MAT. 368 443 6



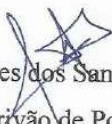




**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB  
DELEGACIA DE PICUI**

**CERTIDÃO**

Certifico, em razão de meu ofício, e a pedido verbal de pessoa interessada que realizando buscas no cartório desta delegacia e foi encontrado o seguinte procedimento: IPL nº 006/2016 registrado sob o livro tombo 01/2016 da cidade de Nova Palmeira/PB que versa sobre um acidente automobilístico que culminou com a morte de Jose Moreira dos Santos Filho (vitima) tendo como investigado a pessoa de Ozinaldo Soares da Silva. Informo ainda que o procedimento foi remetido ao fórum competente em 03 de junho do ano de 2016. Sem mais a relatar subscrevo e dou fé.

  
Péricles dos Santos Filgueira  
Escrivão de Policia Civil  
Mat. 168.462-1





2016

REGISTRADO SOB O nº 206 2016

LIVRO nº 01 2016

992056  
Delegado de Polícia Civil  
Elias J. Rodrigues Silva  
Delegado de Polícia Civil  
Mat. nº 159.473-7

Blauy  
Escrivão de Polícia Civil

## INQUERITO POLICIAL

INCIDÊNCIA PENAL: ART. 302 do CTB.

INVESTIGADOR: FLAVIO LIMA DE FARIAS JUNIOR

VÍTIMA: JOSÉ VIEIRA 578 SANTO ANJO

FUNDADA

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Nova Palmeira, Estado do Paraná, em cartório policial, assino o presente, conforme adiante se segue. E, para constar, lavro este termo.



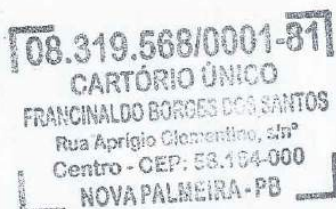


## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, e a quem possa interessar, que neste Ofício do RCPN de Nova Palmeira, Comarca de Picuí-PB, não foi lavrado o Registro de óbito de **JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS FILHO**, registrado no livro A-02, fls.58v, termo nº 858, CPF/MF nº 064.213.534-79, em virtude de conter muitos dados divergentes como sendo "ano e município de nascimento" do falecido, conforme foi apresentado ao Ministério Público desta Comarca; necessitando, portanto, de Ação Judicial de retificação, já em tramitação. Do que para constar, dato e assino a presente declaração, por ser verdade, dou fé. Nova Palmeira, 11 de janeiro de 2017.

  
Francinaldo Borges dos Santos

Oficial



Email: [Recivil.borg@gmail.com](mailto:Recivil.borg@gmail.com) – telefone: 083-98742-6230









**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0800459-45.2017.8.15.0271**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Intime(m)-se a parte promovente para, no prazo de 15 (dez) dias, instruir o pedido com prova documental de decisão negativa do requerimento na esfera adminisitrativa, posto que o documento juntado aos autos demonstra que o pedido administrativo encontra-se pendente, aguardando que o requerente apresente os documentos solicitados pela seguradora, sob pena de indeferimento da inicial por falta de interesse processual.**

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**  
**Juiz de Direito**

---

[1] RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação por ventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).



Petição juntada em PDF.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE PICUI-PB

Processo número: 0800459-45.2017.8.15.0271

JOSÉ JOSENERIS MACÊDO DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seus advogados, diante da decisão última proferida no presente processo, constante no Identificador de nº 22077015, vem respeitosamente, reinterar os fatos exposto na inicial, demonstrando, que houve o esgotamento da esfera administrativa, tendo em vista a negativa da correspondente da seguradora em receber os documentos ofertados pelo autor, bem como, noutro modo, explicitar que, a propositura da ação cível, no caso concreto, não está condicionada ao esgotamento da via administrativa, conforme apregoa a pacífica jurisprudência, assim, segue os informes:

**1. DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA (DA NEGATIVA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS POR PARTE DA SEGURADORA)**

Inicialmente, cumpre destacar que o referido tópico, que está por ser delineado nesta peça processual, consta por apreço a lide e em cumprimento as decisões judiciais, contudo, *in casu*, é, deveras, desnecessário. *Data vênia*, a necessidade de esgotamento da via administrativa – como acontece nos processos previdenciários – se apresenta absolutamente indispensável ao caso em comento, como se verá no próximo tópico (tópico 2).

Esmiuçando os documentos acostados ao presente pleito, tem-se que o Autor, no dia 23/03/2017, pleiteou na esfera administrativa o recebimento do Seguro DPVAT, em virtude da morte do seu genitor, o qual falecera vítima de acidente automobilístico. Ocorre que, conforme se verifica nos autos, a certidão de óbito não foi emitida pelo cartório da cidade de Nova Palmeira/PB, sob o argumento de apostas inexatidões com relação ao nome do de cujus.

**Pois bem, diante de tais circunstâncias – ausência de certidão de óbito – o processo na esfera administrativa não foi gerado, tendo a seguradora negado tal feito, alegando tratar-se de documento imprescindível para se gerar o processo administrativo, não obstante ter o autor encaminhado os demais documentos necessários, tais como: Laudo tanatoscópico, pericial e outros, que atestam a morte**



**do genitor (ID: 8306708 e ID: 8306749), dentre outros documentos necessários a concessão do seguro DPVAT, conforme prova de recebimento em anexo, datado do dia 23/03/2017 (ID: 8306729), oportunidade em que os documentos foram entregues pelo advogado José André Oliveira de Araújo, um dos causídicos desta pendenga.**

**Com efeito, Excelência, o autor esgotou a esfera administrativa na medida em que encaminhou o pedido perante a correspondente Mapfre, empresa que recebeu a documentação atinente ao pleito e se negou em gerar o processo administrativo.**

Após ser informado que o processo não fora cadastrado em virtude da ausência da certidão de óbito, malgrado a presença de outros documentos que exprimem igual veracidade fática, o Autor, outra alternativa não teve, senão busca a tutela jurisdicional perante este Douto Juízo.

Desta feita, a prova dos autos demonstra que o autor buscou a esfera administrativa, que se mostrou esgotada, quando da negativa da correspondente em gerar o processo administrativo.

Impende mencionar que o autor vem passando necessidade e sem conseguir prover o sustento de sua filha pequena, mormente porque se encontra desempregado e seu genitor (avô da menor), lhe ajudava no sustento da prole. Ademais, a dificuldade aumentara com a demora na prestação jurisdicional, vez que o processo só teve ser primeiro despacho após 02 anos de seu protocolo, tempo curto para o poder judiciário, mas longo e devastador para um cidadão pobre que necessita da tutela jurisdicional.

Porquanto, tendo em vista a impossibilidade de receber o seguro no âmbito administrativo, o autor espera e confia neste juízo para receber o que lhe é de direito.

## **2. DA DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA *IN CASU***

Objetivamente, tem-se, conforme demonstra a pacífica e atual jurisprudência, que, patente, a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para se buscar a via jurisdicional, nessa linha **segue decisão do TJPB** (Tribunal de Justiça da Paraíba) de **2019**, ou seja, no corrente ano:





[00016414120138150271](#)

**Relator:** DES. JOÃO ALVES  
DA SILVA

**Data de Julgamento:** 22-01-  
2019

[Inteiro Teor](#)

**Órgão**  
**Julgador:** - Não  
possui -

**Ementa:**

[Ementa](#) [sem](#)  
[formatação](#)

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA QUE NÃO SE APRESENTA DE FORMA ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA AO DIREITO DO SEGURADO NO CURSO DA DEMANDA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO E TRIANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DA AÇÃO DE PLANO. NECESSIDADE DE SEGUIMENTO DO FEITO. GARANTIA DE ACESSO À JURISDIÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS À VARA DE ORIGEM. ARTIGO 932, INCISO V, DO CPC. PROVIMENTO DO RECURSO. - A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer de forma absoluta, sendo possível por outros elementos comprovar a resistência da seguradora quanto à pretensão do segurado, o que in casu restou comprometida, pois a parte ré sequer foi citada para apresentar contestação, tendo o sentenciante indeferido de plano o pleito inicial. Assim, a nulidade da decisão a quo é medida que se impõe, para que seja dado prosseguimento regular ao feito. - Prescreve o artigo 932, inc. V, alínea &#39;b&#39; do CPC, que, " depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos. ".

O respeitável despacho último deste juízo, junta uma decisão de 2015 do STF para fundamentar a imprescindibilidade de esgotamento da via administrativa para se ingressar-se pela via judicial, contudo, com o tempo a questão fora revisitada e é pacífico hodiernamente a desnecessidade deste esgotamento. De outra forma, estaria o TJPB decidindo corriqueiramente contrário a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que não ocorre, vez que, cediço em nosso ordenamento jurídico que a necessidade de esgotamento da via administrativa não é absoluta.

### 3. DO REQUERIMENTO

Diante todo o exposto, abalizado no fato de que houve esgotamento da via administrativa, quando do não recebimento da documentação, bem como, no fato de que, *in casu*, se faz desnecessário tal esgotamento e confiante no senso de justiça que emana deste Douto Juízo, precipuamente pelo respeito ao Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, positivado no Art. 5º da nossa Carta Magna, Requer o autor o prosseguimento do feito, nos termos da exordial.



Nestes termos,

Pede deferimento.

Campina Grande/PB, 28 de Julho de 2019.

**FLÁVIO ROBERTO LIMA DE FARIAS JÚNIOR**

**OAB/PB 19.484**

**JOSÉ ANDRÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO**

**OAB/PB 19.484**







**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0800459-45.2017.8.15.0271**  
**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**AUTOR: JOSE JOSENERIS MACEDO DOS SANTOS**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

**DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRESCRIÇÃO:  
Inexistência de Requerimento Administrativo Prévio. Ausência  
de Interesse Processual. Ausência de Condição da Ação -  
Indeferimento da Petição Inicial.**

*Vistos etc.*

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT envolvendo as partes acima nominadas, ambas qualificadas nos autos, pelos motivos fático-jurídicos expostos na exordial.

Intimado a instruir o pedido com a decisão negativo do requerimento administrativo prévio, o autor deixou de fazê-lo no prazo que lhe foi assinalado.

Autos conclusos.

**É o que importa relatar.**

**Passo a decidir.**

Compaginando-se os autos, embora o autor insista em dizer que seu pedido na esfera administrativa foi negado, não juntou qualquer prova neste sentido, posto que o documento que instrui a inicial apenas diz que o pedido foi suspenso até a apresentação de documentos essenciais.

Ora, o art. 330, do CPC, em seu inciso III, dispõe que a petição inicial será indeferida quando o autor **carecer de interesse processual**.

Como se sabe, o interesse de agir, em sua vertente da necessidade, surge quando, realmente, for necessário se a buscar a jurisdição como forma de solução de um conflito.

Segundo a melhor doutrina *“o exame da necessidade da jurisdição fundamenta-se na premissa de que a jurisdição tem de ser encarada como última forma de solução de conflito”*. (In: Curso de Processo Civil: Fredie Didier Júnior. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 11ª Edição. Volume 1, Jus Podvim, 197).

Em demandas dessa natureza é de todos sabido que é plenamente possível se buscar a indenização, que ora se pleiteia, na via administrativa, sem maiores problemas.

Assim, qual a razão de se buscar a jurisdição?

Apenas com a negativa administrativa é que se poderia falar no surgimento do interesse de agir, posto que, somente assim, é que se poderia falar em uma pretensão resistida, a subsidiar a presente demanda.

Ora, se o cidadão pode resolver as suas questões extra judicialmente, qual o motivo de se buscar o Poder Judiciário que, atualmente, encontra-se saturado?

Não foi por outra razão, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendendo de que o prévio requerimento administrativo configura requisito indispensável para demandas como esta. Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO.  
DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.  
REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO**

**JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.** INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial.** 2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. O tema constitucional em discussão (inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 936574 / SP; Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO; T3 - TERCEIRA TURMA; DJe 08/08/2011)

No mesmo sentido é o entendimento do Pretório Excelso, quando do julgamento do RE 631.240, em que foi reconhecida a repercussão geral da matéria:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240.** RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão



geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA , Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).

No caso em apreço, como relatado, o autor sequer tentou receber os valores que entende devido administrativamente, razão pela qual, não há que se falar em interesse de agir.

Saliente-se que é descabido o pedido de suspensão do processo para o fim de requerer administrativamente o seguro após o ajuizamento da ação, uma vez que o interesse processual deve preexistir ao ajuizamento da demanda, vale dizer, o interesse processual deve ser existente no momento em que a ação é proposta e, não havendo pretensão resistida quando do ajuizamento da ação, como é o caso destes autos, não há falar em existência de interesse processual.

Por fim, é importante registrar, que a prova do prévio requerimento administrativo, por ser considerado documento indispensável à propositura da ação, deveria ter sido apresentado já com a petição inicial, conforme o que estabelece o art. 320 do CPC.

Entretanto, ainda que intimado a instruir a exordial com prova do requerimento administrativo prévio, a parte não o fez, sendo forçoso o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 330, IV, do CPC.

**À LUZ DO EXPOSTO, com supedâneo no que dos autos consta, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, e o faço com espeque nos arts. 330, III e IV, c/c art. 485, inciso I e VI, do Código de Processo Civil.**

Custas pelo autor, observado o artigo 12 da Lei 1.060/50, em razão da justiça gratuita, a qual defiro neste ato.

Transitada em julgado, com as cautelas de estilo, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**  
**Juiz de Direito**